

# Presidente reage à sugestão de extinguir o TFR

BRASÍLIA — “Estou certo de que o futuro deste Tribunal, no conjunto de nosso futuro ordenamento constitucional, não será preservado apenas pelo penhor de sua atuação; será ampliado como garantia de nossas conquistas democráticas”, declarou ontem o Presidente José Sarney, ao discursar na solenidade de comemoração dos 40 anos do Tribunal Federal de Recursos.

Essa afirmação foi uma crítica velada à sugestão — que uma hora depois ele receberia no bojo do anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos — de extinção do TFR e criação do Superior Tribunal de Justiça.

Mas o Governo fará restrições a outra inovação proposta pela Comissão Afonso Arinos, que amplia o grau de estatização da economia. Comentava-se ontem no Planalto que a orientação da Comissão gerou equívocos capazes de prejudicar os projetos de desenvolvimento nacional.

Um colaborador direto de Sarney revelou que o Planalto vem recebendo com frequência manifestações de

inquietação de investidores estrangeiros que pretendem aplicar recursos no Brasil. Esses investidores, de acordo com o informante, estariam dispostos a aguardar que a Constituinte estabeleça os novos parâmetros da economia brasileira. E, se a tendência estatizante for confirmada, vão procurar outros países que privilegiem o livre mercado.

O Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, afirmou que é contra o princípio do “dualismo de complementariedade” estabelecido no anteprojeto, que copiaria o parlamentarismo francês. Maciel considera o parlamentarismo inadequado para uma nação sem partidos sólidos, como é o caso do Brasil.

Já o Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, que foi membro da Comissão Afonso Arinos, preferiu destacar as virtudes de proposta, acentuando que ela provocará o debate de questões polêmicas, tais como o sistema de Governo, iniciativa privada, papel das Forças Armadas e limite de direitos pes-

soais.

O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, também admitiu que faz restrições a algumas propostas do projeto, mas se recusou a citá-las.

O Presidente do Tribunal Federal de Recursos, Washington Bolívar de Brito, durante a solenidade comemorativa dos 40 anos do TFR, manifestou sua preocupação com a tese esboçada pela Comissão Arinos a favor da extinção do TFR.

— Pena que tenha que fazer a crônica dessa morte anunciada. Atribui-se a morosidade da Justiça à lentidão dos julgamentos, quando não à preguiça ou desencanto de alguns juizes, mas se os Tribunais ainda não se libertaram de tais defeitos não é menos verdade que essa lentidão resulta de leis processuais multiplicadoras de recursos e propiciadoras da chicana de que se valem os próprios órgãos da administração direta e descentralizada do Estado, aumentando-lhes a espera e o sofrimento dos aflitos, desatendendo até a mais reiterada e pacífica jurisprudência dos Tribunais.